

MOVIMENTOS FEMININOS CONTEMPORÂNEOS E A LUTA PELOS DIREITOS DAS MULHERES NA GUINÉ-BISSAU: OS CASOS DO MIKAT E DAS OKINKAS¹

Adenauer Marcos da Costa - Universidade Federal de Goiás (UFG)

Domiciano Marciano Lopes De Oliveira - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Polícarpo Gomes Caomique - Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

RESUMO

Durante a luta pela independência da Guiné-Bissau, as mulheres desempenharam um papel fundamental. Sua atuação abrangeu diversos setores, incluindo logística, educação, saúde, diplomacia e área militar. O Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fortemente influenciado pelas ideias de Amílcar Cabral, via a emancipação feminina como um requisito essencial para uma autêntica mudança social, estabelecendo a necessidade de incluir mulheres nos processos decisórios. Por exemplo, um comitê de tabanca com cinco integrantes deve ter no mínimo duas mulheres. Apesar de a participação feminina ter sido decisiva para o triunfo da luta de libertação, as mulheres foram, posteriormente, invisibilizadas nos processos de construção da memória nacional e afastadas das estruturas de poder após a independência. Este artigo analisa os movimentos contemporâneos de defesa dos direitos das mulheres na Guiné-Bissau, com ênfase nas dimensões de atuação e nas estratégias de intervenção desenvolvidas pelo Movimento *Mindjer i Ka Tambur* (MIKAT) e pelo Coletivo para a Emancipação das Mulheres Guineenses (CEMGUI- *As Okinkas*). Para a realização da pesquisa, adotou-se uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e baseada em revisão bibliográfica. Foram igualmente consultados conteúdos publicados nas páginas oficiais do Facebook das organizações MIKAT e CEMGUI - *As Okinkas*. Os resultados apontam que o debate sobre gênero na sociedade guineense vem ganhando espaço, principalmente no ambiente acadêmico. As organizações *Mindjer i Ka Tambur* e CEMGUI- *As Okinkas* têm desenvolvido ações em várias áreas, incluindo a econômica, política, educacional e sociocultural. As suas estratégias de intervenção incluem tanto ações diretas, como sessões de capacitação, rodas de conversa e grupos de trabalho, quanto ações indiretas, que se manifestam em campanhas de conscientização veiculadas por meio de rádio, televisão, músicas, vídeos, imagens e materiais informativos.

Palavras-chave: Guiné-Bissau, *Mindjer i ka tambur*, CEMGUI- *As Okinkas*, Mulherismo.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026).

Introdução

Situada na costa oeste do continente africano, a Guiné-Bissau é conhecida pela sua grande diversidade étnica e cultural, contando com quase 30 grupos étnicos. O país subdivide-se em oito regiões, Bafatá, Gabú, Oio, Quinará, Tombali, Cacheu, Biombo e Bolama-Bijagós, além de um Setor Autônomo, a capital Bissau (Caomique, 2022).

Na sua parte insular, encontra-se o Arquipélago dos Bijagós, composto por mais de 88 ilhas, das quais apenas 20 são atualmente habitadas. O clima é do tipo tropical, quente e úmido, caracterizado pela alternância de duas estações: a chuvosa (de maio a outubro) e a seca (de novembro a abril) (Caomique, 2022). Segundo projeções do Banco Mundial (BM), a Guiné-Bissau teria, em 2024, uma população estimada em 2,25 milhões de habitantes, dos quais 1,11 milhão seriam homens e 1,14 milhão, mulheres. Em outros termos, existem no país cerca de 25 mil mulheres a mais do que homens (Banco Mundial, 2025).

As mulheres desempenharam um papel fundamental na luta pela independência da Guiné-Bissau. Sua atuação foi diversificada, englobando áreas logísticas, educativas, de saúde, diplomáticas e de combate armado. A participação feminina na luta contra o colonialismo português não foi episódica ou acessória. Estima-se que mulheres constituíam cerca de 20% a 30% das forças do PAIGC, atuando como combatentes, enfermeiras, professoras, mensageiras e responsáveis pela logística nas zonas libertadas Silá (2023).

Semedo (2010) sublinha que mulheres como Titina Silá, Canhe Nan Tungué, Quinta da Costa, Teresa Badinca, Carmen Pereira², Teodora Inácia Gomes, Francisca Pereira, Satu Djassi, Satu Camará, Segunda Lopes, Francisca Alves, entre outras, tiveram uma participação

² Carmen Pereira (1937-2016), líder nacionalista da Guiné-Bissau, presidenta interina por dois dias em 1984. Filha de um advogado, assim como as outras três irmãs frequentou a escola até a quarta série. Casou-se e teve três filhos, dois meninos e uma menina. Ela conheceu Amílcar Cabral e foi encorajada por ele a dedicar-se em tempo integral ao movimento de libertação. Em 1963 foi para a União Soviética estudar enfermagem, retornou ao país em 1965, quando foi enviada ao interior, onde tornou-se responsável pelos assuntos de saúde e construiu o primeiro hospital nas zonas libertadas. Após a Independência, continuou a exercer grande influência na vida política do país, era a única mulher no comitê executivo do PAIGC e a principal liderança da Comissão de Mulheres da Guiné Bissau e Cabo Verde (1975-1981). Foi eleita vice presidenta da Assembleia Nacional Popular (1973-1984) e a presidiu de 1984 a 1989, quando deixou a posição para tornar-se membro do Conselho de Estado. Em maio de 1984 foi a chefe executiva do governo por dois dias. Ela foi Ministra da Saúde e Serviço Social (1981-1983) e Ministra de Estado (1991-1992). Carmen Pereira é a autora da frase “combatendo dois colonialismos”, em referência à dupla luta das mulheres guineenses pela independência e pelos próprios direitos: “as mulheres precisam lutar contra dois colonialismos: um dos portugueses, outro dos homens”. Biografias de Mulheres Africanas. **Carmen Pereira (1937-2016)**. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/africanas/carmen-pereira-1937-2016/>. Acesso: 01.08.2023.

indispensável nas frentes de combate, na assistência sanitária, na educação e na alfabetização de crianças e jovens nas zonas libertadas durante a luta de libertação nacional da Guiné e Cabo Verde.

Influenciado, em grande parte, pelas ideias de Amílcar Cabral, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) atribuía a emancipação como uma condição *sine quo non* para verdadeira transformação social, determinando a obrigatoriedade de representação feminina nos órgãos de decisão, ou seja, se o comité de tabanca for composto por cinco membros, deveria incluir pelo menos duas mulheres.

Entretanto, a experiência histórica revela uma tensão significativa entre o discurso emancipatório do movimento e as práticas sociais e organizacionais implementadas. Embora mobilizadas, muitas mulheres foram progressivamente afastadas dos espaços formais de poder e de decisão no processo de construção do Estado pós-colonial (Anós Té; Candé Monteiro, 2024). Décadas depois da independência, a participação e representação das mulheres nos aparelhos públicos sofreu um grande retrocesso. Mesmo com a reativação da União Democrática das Mulheres (UDEMU) após a independência, poucas mulheres combatentes ocuparam altos cargos no governo.

Dados da Organização das Nações Unidas apontam que, em 2024, apenas 9,8% dos assentos parlamentares da Guiné-Bissau eram ocupadas por mulheres, evidenciando uma significativa sub-representação feminina nos espaços de decisão política na Guiné-Bissau, não obstante a aprovação da Lei da Paridade desde 2018.

Para além da sub-representação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, a Guiné-Bissau continua a registar elevados índices de violência baseada no género. Uma pesquisa divulgada em 2025 pela FEC, conduzida nas regiões de Cacheu e Oio com 522 mulheres, mostrou que 77,6% das participantes relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência. Dos casos relatados, 57,5% foram vítimas de violência psicológica, 35,4% de violência física e 8,8% de violência sexual perpetrada por parceiro íntimo.

Este artigo analisa os movimentos recentes de defesa dos direitos das mulheres na Guiné-Bissau, com ênfase nas dimensões de atuação e nas estratégias de intervenção desenvolvidas pelas organizações *Mindjer i Ka Tambur* e *As Okinkas*. A análise das mobilizações de mulheres na Guiné-Bissau requer um instrumental teórico que ultrapasse o modelo das três ondas do feminismo ocidental. Como argumentam Oyěwùmí (2004) e

Nnaemeka (2004), a categoria mulher não constitui uma realidade universal e transversal, uma vez que os sistemas de parentesco, as divisões coloniais do trabalho e as hierarquias etárias presentes nos contextos africanos produzem regimes de género cujas dinâmicas não se reduzem à oposição binária entre público e privado, tal como formulada na Europa durante a década de 1970.

Nesse sentido, o feminismo africano caracteriza-se por uma dupla recusa: por um lado, à assimilação acrítica das agendas do Norte Global; por outro, à romantização das tradições pré-coloniais, que também operavam mecanismos de exclusão. Ademais, a perspetiva decolonial desenvolvida por Lugones (2008) e Ballestrin (2013) evidencia como o Estado pós-colonial guineense, ao adotar modelos de governação e desenvolvimento alinhados às agências internacionais, como a ONU Mulheres e o Banco Mundial, acaba por implementar políticas de género que, por vezes, ignoram as formas de organização comunitária preexistentes. Nessa perspetiva, os movimentos *As Okinkas* e *Mindjer i Ka Tambur* insurgem-se não apenas contra o patriarcado tradicional, mas também contra a colonialidade do género, entendida como um conjunto de práticas e discursos que pretende definir quais lutas são legítimas e quais métodos de ação podem ser considerados formas válidas de empoderamento.

Movimentos Femininos Contemporâneos e a Luta pelos Direitos das Mulheres na Guiné-Bissau: Os Casos do MIKAT e das Okinkas

O Movimento *Mindjer i Ka Tambur* (MIKAT), um grupo de jovens mulheres em Bissau, surge como resposta à escalada da violência doméstica e dos feminicídios quotidianos que os dados oficiais não registam adequadamente. O MIKAT tem utilizado estratégias articuladas de sensibilização de base, por meio de rodas de conversa em zonas urbanas e rurais, nas quais se discutem os diferentes tipos de violência de género (física, psicológica, económica e simbólica) e os dispositivos legais existentes, ainda que estes se revelem, na prática, pouco eficazes (Té, 2025). Já o movimento *Okinkas*³, cuja etimologia remete à designação de mulher livre ou guerreira em certas tradições locais, parece operar em uma

³ Essa nomenclatura traz força e resistência, se baseia na Rainha *Okonka* Pampa, uma mulher que lutava para a não invasão colonial nas ilhas de Guiné-Bissau, mostrando a potência feminina e realçando a noção de liderança feminina.

chave complementar, voltada mais diretamente à ocupação de espaços públicos tradicionalmente masculinos e à reescrita da história da luta de libertação a partir da perspectiva feminina.

Em 2020, durante a pandemia de Covid-19, surgiu o *Movimento Mindjer Ika Tambur* (Mulher não Tambor), inserido no âmbito de uma intervenção social promovida por um grupo de ativistas feministas inquietas com o aumento dos casos de violência no país nesse período. A campanha *Mindjer Ika Tambur* serviu como um recurso para denunciar os atos de violência de que meninas e mulheres são vítimas na sociedade guineense, sobretudo no seio familiar. Com as medidas de prevenção da Covid-19 e tendo em conta os efeitos do confinamento sobre a condição feminina no espaço doméstico, agravaram-se os casos de violência, abuso sexual e feminicídio em África e no mundo.

Movimento Mindjer ika Tambur, é um movimento que visa fazer enfrentamento a violência Baseada no Género e promoção dos Direitos Humanos na Guiné-Bissau.

Para enfrentar essa realidade na Guiné-Bissau, um conjunto de jovens mulheres decidiram lançar a campanha “*Mindjer Ika Tambur*”. A campanha baseia-se numa produção fotográfica que reporta o efeito da violência física nas mulheres, designadamente hematomas ficticionais que pretendem chamar a atenção sobre as agressões a que estão sujeitas as mulheres e ao mesmo tempo incentivar a denúncia sobre os corpos e vozes silenciadas. O movimento tem como objetivo de mitigar violência baseada no género, conscientizar a sociedade Guineense e promover os direitos humanos das meninas e mulheres, através de incentivo das denúncias às práticas nocivas contra mulheres e meninas na Guiné-Bissau (Yolanda Garraão, coordenadora do *Mindjer Ika Tambur*, 2022). O movimento tem uma página no Facebook (*Movimento Mindjer Ika Tambur*) com acerca de 4,1 mil seguidores. O *MIKAT* organiza formações, palestras, rodas de conversas nas comunidades, programas radiofónicos, televisivos.

Campanhas públicas e fotos imagens de encenações baseadas numa foto publicada de vítima na rede social, para mostrar a realidade de ser mulher no contexto de violência ou de situação de vulnerabilidade na Guiné-Bissau. Essa estratégia ajudou bastante no modo de combater com colaborações da nova geração que levaram à população mensagens de denúncias das violências contra mulheres através de música e sensibilizar o povo a nível regional e nacional (Caomique, 2024).

Figura 1: Representação de casos de violência física



Fonte: MIKAT, 2020.

O Movimento Mindjer Ika Tambur, adota várias estratégias de luta, incluindo o uso da música e da Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs). Trabalhando em colaboração com rádios e televisão, os artistas da nova geração produzem músicas com o objetivo de sensibilizar a população, que muitas vezes têm pouco conhecimento sobre a negação do corpo feminino nas tomadas de decisão tanto em cargos públicos quanto dentro da própria família. Essas músicas também abordam a falta de tempo disponível para as mulheres cuidarem das atividades domésticas e da casa (Caomique, 2024).

Para ilustrar essas estratégias, apresenta-se a música de denúncia contra a violência do artista Wizard HTF, intitulada *Mindjer Ika Tambur*, lançada a 23/11/2020, durante o contexto da pandemia da COVID-19:

Kriol

Mindjer...
Mindjer i ka tambur
Mindjer i balur
Mindjer i ka di riquiti na nim um parti
Mindjer i obra de arti
Sangue de mindjer i sagradu
Sangue de mindjer ka dibi di darmadu

Português

Mulher...
Mulher não é tambor
Mulher é valor
Mulher não é para ser tocada em nenhuma parte
Mulher é obra de arte
O sangue da mulher é sagrado
O sangue da mulher não deve ser derramado

Kriol

Kabu suta mindjer, kabu maltratal, seta lembra mindjer ku padu mindjer
I special, kabu koba mindjer, kabu kastigal
Valorizal, kabu dixa nim um segundo pa i fika mal
Ko dixa sorriso abandona si cara, si yárau tchomal na rispitu pa bo kombersa
Kabu sutal na casa ku fadi na rua
Si tene e mentalidade kaba kel, mindjer i pa rispita
Sintil, parel, luta parel, ranja atenson bu dal
Protegil, kabu kobal, firma parel, kabu goza kuel
Nunca kabu dispresal, pabia bu ka pudi pagal
Mindjer i ser humano suma bo, kuida ku si vida suma ku ta kuida ku dibó
Tanto bu irmã, tanto bu mamã, bu tia, bu vizinha
Mindjer sempre i mereci alegria
Estou pedindo favor
Não faça mulher tambor
Não a faça sentir dor
Mulher tem valor (bis)
Sou mulher
Mulher não merece restos
Mulher é uma bênção
Mulher tem um coração
Mulher não é vaca nem cabra
Mulher é uma joia rara

Português

Não bata na mulher, não maltrate; lembre-se de que foi a mulher que te deu à luz
Ela é especial, não a ofenda, não a castigue
Valorize-a, não a deixe nem um segundo sofrer
Não deixe o sorriso abandonar o seu rosto; se ela errar, converse com respeito
Não bata nela em casa nem na rua
Se tens essa mentalidade, é melhor terminar com ela; mulher é para respeitar
Sinta-a, apoie-a, lute por ela, dê-lhe atenção
Proteja-a, não a humilhe, esteja firme por ela, não brinque com a sua vida
Nunca a despreze, porque não podes pagar o que ela fez
Mulher é um ser humano como tu, cuida dela como cuidas de ti
Seja irmã, mãe, tia ou vizinha
Mulher sempre merece alegria
Estou pedindo um favor
Não faça da mulher um tambor
Não a faça sentir dor
Mulher tem valor (bis)
Sou mulher
Mulher não merece restos
Mulher é uma bênção
Mulher tem um coração
Mulher não é vaca nem cabra
Mulher é uma joia rara

Fonte: Adaptado de Caomique, 2024.

O movimento *Mindjer Ika Tambur* sensibiliza a população guineense, em especial a camada feminina, no sentido de lutar pelos seus direitos e ter a coragem de fazer denúncias de violência contra as mulheres. Graças ao esforço deste movimento, foi criado um canal gratuito de denúncias, junto da Polícia Judiciária nacional, para ajudar no combate à violência doméstica, psicológica, física e às agressões verbais.

Figura 2 : Flyer com o número para denúncia



Fonte: Mikat, 2022

O Movimento *Mindjer Ika Tambur* (MIKAT) mostrou-se satisfeito com o lançamento de uma linha telefónica gratuita pela Polícia Judiciária (PJ) da Guiné-Bissau, através do número 121, com o objetivo de os cidadãos poderem denunciar casos de violência contra mulheres e crianças. Pois,

apesar de em 2014 o parlamento guineense ter aprovado uma lei de combate à violência doméstica na Guiné-Bissau, este problema social ainda é vivido no país e nos últimos meses a Guiné-Bissau conheceu grandes ondas de violência com base no género e em alguns casos resultaram em perda de vidas de mulheres e raparigas. “Os mais recentes estudos revelam que 67% de mulheres guineenses já sofreram algum tipo de violência por parte dos homens e que a maioria destes casos não foi denunciado à justiça”, revelou a ministra da Justiça e dos Direitos Humanos, Teresa da Silva, no lançamento, da “Campanha de Tolerância Zero Contra a Violência Doméstica”, uma iniciativa da PJ guineense (MIKAT, 2022, s/p).

Este pode ser considerado um marco histórico na luta pelos direitos das mulheres guineenses. No passado, as mulheres guineenses sofriam diversas formas de violência, mas não sabiam onde apresentar denúncias ou a que instituições recorrer. Graças a essa linha de apoio, grande parte da população feminina sabe agora a quem recorrer em caso de violência.

O MIKAT vem consolidando a sua atuação na defesa dos direitos das mulheres e das crianças, trabalhando de forma autónoma ou em colaboração com organismos internacionais.

Em janeiro de 2026, assinou um acordo com a Plan International de Bissau, com vista a fomentar, fortalecer e consolidar colaborações que promovam transformações relevantes e com efeitos positivos no bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e famílias.

O projeto tem como principais objetivos: reduzir a violência baseada no género; fortalecer o empoderamento das mulheres, por meio da realização de atividades de capacitação e formação voltadas para o público feminino; apoiar o empoderamento social e económico de meninas e adolescentes; e incentivar a participação política de meninas em espaços de decisão.

O Coletivo para a Emancipação de Mulheres Guineenses (CEMGUI–As Okinkas), também criado em 2020, é um grupo concebido a partir do contexto social guineense, no qual se verificam gritantes desigualdades de género. Ciente da condição subalterna das mulheres nessa sociedade, o coletivo reconhece a necessidade e a urgência de se juntarem esforços para pôr termo a essa situação, com o intuito de promover uma sociedade mais justa e igualitária em todos os aspetos da vida social e humana.

O CEMGUI–As Okinkas (as Rainhas) é formado por mulheres guineenses e académicas que vivem em várias partes do mundo. Elas decidiram criar o coletivo para firmar um acordo e fortalecer os vínculos entre as mulheres, tanto na esfera ética e política quanto na prática do mulherismo e do feminismo contemporâneo (informação obtida da página oficial do coletivo no Facebook, 2020).

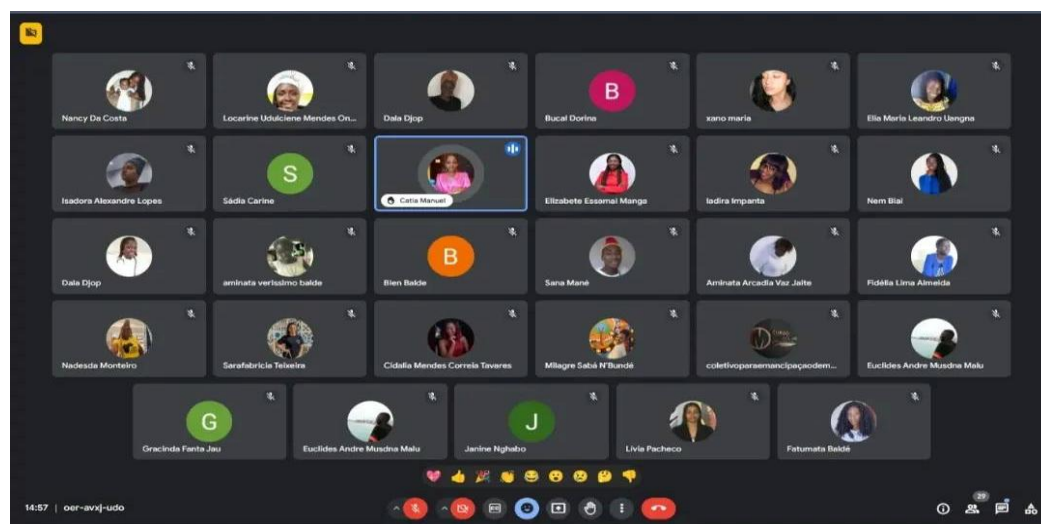
Com o objetivo de fomentar o protagonismo e a emancipação feminina por meio de teorias de género nos países de língua oficial portuguesa, com ênfase na Guiné-Bissau, o Coletivo para a Emancipação das Mulheres Guineenses (CEMGUI) instituiu, em 2021, o curso anual de formação denominado *Mussólum di mindjer pa mindjer*.

O CEMGUI promove palestras, discussões, grupos de conversa e clubes de leitura. Em 2022, as OKINKAS ofereceram a primeira edição do curso Mussólum de mulher para mulher. A IIa edição do curso Mussólum de mulher para mulher ocorreu em 2023. O CEMGUI possui uma página no Facebook (CEMGUi), com mais de 1,4 mil seguidores, e uma conta no Instagram (CEMGUI_AS_OKINKAS) com 598 seguidores.

O CEMGUI opera principalmente de forma virtual, oferecendo cursos sobre uma variedade de tópicos, como género, desigualdade social, saúde sexual e reprodutiva, entre

outros assuntos de grande relevância. Além disso, realiza palestras para debater o papel das mulheres na tomada de decisões significativas na sociedade guineense.

Figura 1: Roda de conversa realizada pelas *CEMGUI_AS OKINKAS*



Fonte: 2023.

De acordo com o CEMGUI (2022), ainda existem crenças e práticas socioculturais que normalizam a violência contra as mulheres, legitimam o silêncio diante de casos de abuso e fortalecem a noção de que os cargos de liderança devem ser majoritariamente ocupados por homens. Nesse contexto, o grupo apoia o fortalecimento da solidariedade entre as mulheres, além da promoção de processos de capacitação e emancipação feminina voltados para a criação de relações de gênero mais justas. Para a organização, a união e a ação coletiva são essenciais para combater as estruturas patriarcais e aumentar a presença feminina nos espaços de decisão, pois as mulheres têm plena capacidade para assumir cargos de liderança.

Para um feminismo situado: como os movimentos constroem contranarrativas

A literatura afrodiaspórica tem alertado sobre o perigo de interpretar os movimentos femininos na África como extensões ou adaptações tardias do feminismo ocidental. Baldé (2023) mostra, no caso do MIKAT, que suas práticas se distanciam intencionalmente de certos padrões ocidentais. Eles “tensionam” a identidade de feministas quando a veem como um rótulo importado e desconectado das realidades locais, ao passo que ressignificam valores como solidariedade e resistência ancestral, legados da luta colonial.

Nesse sentido, pode-se falar de uma epistemologia do *MIKAT*, no qual a sua centralidade passa pela experiência vivida, através da oralidade. É necessário trazer a oralidade para mostrar as raízes culturais e das lideranças mulheres, no qual as suas palavras vale mais do que um texto acadêmico.

Uma das relações possíveis entre estas contranarrativas diz respeito ao uso dos conhecimentos recentemente adquiridos no espaço acadêmico para estabelecer uma aproximação com as mulheres guineenses, no que tange às noções e práticas de sobrevivência, frequentemente expressas na lógica do 50/50, enquanto princípio de equidade nas relações sociais estabelecidas na sociedade. Deve-se ressaltar que não se busca negar a ideia de igualdade nem a divisão sexual do trabalho. Entretanto, a utilização desses conceitos sem uma reflexão adequada sobre a estrutura social da Guiné pode levar à reprodução de narrativas que se busca contestar, especialmente no que diz respeito à universalização não crítica de categorias analíticas. Nesse contexto, questiona-se a noção de que o gênero seja uma imposição exclusiva do sistema ocidental resultante da colonização, propondo-se, em vez disso, uma análise contextualizada e situada.

Desse modo, no seu texto sobre os estudos de gênero na Guiné-Bissau, Patrícia Godinho (2015, p169) oferece perspectivas iniciais sobre a formação do conceito de gênero, ressaltando que,

a categoria “gênero” começou por ser utilizada para indicar a construção social das diferenças e das desigualdades características das sociedades humanas, ocidentais e não só. O “gênero” foi sendo concebido como uma categoria política orientada no sentido da redefinição das relações de poder, público e privado, entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se transformava numa categoria epistemológica, de pesquisa, finalizada a refundar os processos de conhecimento.

Ainda que, essa discussão de gênero vem sendo contestado por várias escritoras africanas, de modo que se vêem o gênero como um sistema imperialista suturado dos valores socioculturais. Portanto, Oyěwùmí propôs uma crítica a uma noção de feminismo ocidental e buscando a categorização da noção de mulherismo africano.

Muitos pesquisadores têm questionado o gênero enquanto conceito universal, evidenciando o quanto ele está vinculado a políticas específicas de mulheres brancas, anglófonas e estadunidenses, sobretudo nos Estados Unidos. Essa talvez seja a crítica mais relevante direcionada às formulações feministas. [...] Desse modo, os três eixos fundamentais que sustentaram o feminismo: mulher, gênero e sororidade, só podem ser compreendidos mediante uma análise cuidadosa da família nuclear da qual se originaram (Oyěwùmí, 2004, p.03).

Numerosos pesquisadores têm questionado a ideia de gênero como um conceito universal, evidenciando sua particularidade em relação às políticas de mulheres anglófonas/americanas e brancas, sobretudo nos Estados Unidos. Possivelmente a crítica mais relevante das articulações feministas. Nesse contexto, as contranarrativas das OKINKAS E MIKAT consistiriam em utilizar as dinâmicas sociais ocidentais como ponto de partida para o debate sobre igualdade na sociedade guineense. É comum recorrer a lutas passadas para buscar soluções, mas o fundamental é compreender as formas de organização social da região em vez de perpetuar a estrutura colonial para se legitimar. A sociedade como um todo é construída com base em suas organizações. No exemplo da Guiné-Bissau, as mulheres desenvolvem uma compreensão do mulherismo africano a partir da organização sociocultural, onde, se baseava em cantos e momentos de lazer, como também nas suas percussões de ida e volta ao campo e a procura de água nos lugares distante da casa.

Isso pode nos fazer pensar, por que essas mulheres sempre optam por um lugar distante e não perto da casa? Será que elas não querem ficar perto da casa? Paralelamente, se consideramos a noção de gênero fora de raça e classe, chegaríamos à conclusão de que, o conceito de feminismo se sustenta através de classes, enquanto, o mulherismo no contexto africano é visto através solidariedade comunal. Assim, Oyěwùmí (2004, p.03), nos mostra “os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, que é mulher, gênero e sororidade, são apenas inteligíveis com atenção cautelosa à família nuclear da qual emergiram”. Portanto, as realidades africanas e de fato a condição humana devem ser levados em consideração na produção de conhecimento.

O que é uma mulher africana? É a mulher lutadora que tem em seus braços a habilidade de acolher a todos e a tudo. Ela é uma mulher forte, porém também é alguém que necessita de cuidado, que chora e sente não só a sua própria dor, mas também a dor alheia. Embora muitas vezes sacrifique seus sonhos e estudos, a mulher africana continua sendo inteligente e sonhadora. Em linhas gerais, é uma mulher feliz, capaz de lutar e brigar pela felicidade dos filhos. A mulher africana é, essencialmente, uma mulher carinhosa, porém resoluta quando necessário (CEMGUI–Okinkas, 2024).

Essa contranarrativa se opõe, simultaneamente, ao estado patriarcal que promete igualdade e prática de exclusão, e ao feminismo desenvolvimentista que reduz a emancipação feminina a indicadores de escolaridade e participação no mercado formal,

ignorando as formas de trabalho reprodutivo⁴ e comunitário que sustentam a reprodução social na Guiné-Bissau. Como argumenta Oyěwùmí (2004, p. 156), “enquanto no Ocidente o desafio do feminismo é encontrar uma via para proceder desde uma categoria ‘mulher’ saturada em termos de gênero para a plenitude de uma humanidade assexuada, para as mulheres iorubás o desafio é obviamente diferente”.

Essa diferença de ponto de partida e não de estágio evolutivo é o que os movimentos guineenses deveriam trazer para o centro do debate.

Portanto, reconhecemos o contexto de emergência e as especificidades do MIKAT e das OKINKAS, por isso, não podem ser explicadas pela simples difusão de pautas feministas ocidentais. Em primeiro lugar, era necessário enfrentar as contradições internas da sociedade guineense: a discrepância entre o discurso revolucionário de Amílcar Cabral e a prática patriarcal do Estado pós-colonial; a continuidade da violência doméstica como instrumento de controle; e a falta de políticas públicas eficazes para a equidade de gênero. Nesse contexto, esses movimentos representam um exemplo paradigmático do que Nnaemeka (2004) chama de “negociação feminista”, ou seja, a habilidade de expressar reivindicações por justiça de gênero sem renunciar às particularidades culturais e históricas locais.

Considerações finais

Os movimentos OKINKAS e MINDJER I KA TAMBUR não são apenas epifenômenos de uma onda global de ativismo feminino; são manifestações únicas de uma luta que tem suas raízes na anticolonialidade e que se adapta às particularidades do patriarcado pós-colonial na Guiné-Bissau. Ao efetuarem uma dupla desconstrução tanto da violência doméstica como prática naturalizada quanto do esquecimento institucional da história das mulheres, esses movimentos trazem de volta à agenda pública o caráter inacabado da emancipação prometida por Cabral.

⁴ Entrelaçando Silvia Federici, no seu texto “A Caliba e a Bruxa: Mulheres, Corpo e acumulação primitiva”, mostrando a noção capitalista de reprodução, como uma obrigatoriedade para as mulheres, no qual afirma que, “o que vocês chamam de amor, eu chamo de trabalho não pago”. Essa ideia mostra o quão o patriarcado constrói uma ideia de produção (através de capital financeiro) e reprodução dentro de noção de obrigatoriedade/dever, para não dar a importância a noção de cuidado. Ainda, Federici afirma que, “No entanto, o modo como a história das mulheres se entrecruza com a história do desenvolvimento capitalista não pode ser compreendida se nos preocuparmos apenas com os terrenos clássicos da luta de classes — serviços laborais (*labor services*), índices salariais, rendas e dízimos — e ignorarmos as novas visões da vida social e da transformação das relações de gênero que tais conflitos produziram. Elas não foram insignificantes” (p.45).

Destaca-se a importância de um feminismo contextualizado, que considera as interseções entre gênero, etnia, geração e território, rejeitando tanto os universalismos abstratos quanto os particularismos essencialistas. Apesar das dificuldades financeiras e institucionais, o MIKAT e o Okinkas têm conseguido gerar resultados tangíveis: as mulheres denunciam mais, os jovens se mobilizam e o debate sobre gênero chega às universidades da Guiné por meio de palestras e seminários realizados pela diáspora acadêmica (Baldé et al., 2023; Té, 2025). Foi possível examinar como as gerações mais jovens de ativistas, educadas no exterior, lidam com as tensões entre as teorias feministas adquiridas nas universidades brasileiras e portuguesas e as realidades práticas da luta política na Guiné-Bissau.

O MIKAT e as Okinkas enfrentam diversos desafios ao executar suas ações. Dentre os obstáculos, sobressaem-se as limitações financeiras, principalmente para expandir suas ações em regiões rurais, além das tensões com lideranças e comunidades tradicionais no que diz respeito ao tratamento dos casos de violência contra as mulheres. Apesar de os movimentos defenderem a denúncia formal dessas situações às autoridades competentes, muitas organizações comunitárias priorizam a mediação de conflitos conjugais e familiares para restabelecer a harmonia social.

Embora as comunidades tradicionais desempenhem um papel significativo na resolução de conflitos locais, os movimentos de defesa dos direitos das mulheres criticam essa prática, pois a mediação nem sempre assegura a proteção adequada das vítimas. Por outro lado, compreender os valores sociais, as tradições culturais e as noções de honra familiar existentes nas comunidades é fundamental para desenvolver estratégias de intervenção mais eficazes.

Nesse cenário, é fundamental promover uma comunicação mais estreita entre os movimentos feministas, as lideranças convencionais e as entidades governamentais. Essa articulação pode contribuir para o desenvolvimento de mecanismos de denúncia e proteção que considerem as especificidades socioculturais locais, garantindo os direitos fundamentais das mulheres. A interação entre esses atores ainda é limitada, o que impede a elaboração de respostas integradas ao problema da violência de gênero.

Referências

ANÓS TÉ, P., & CANDÉ MONTEIRO, A. O. Participação política na Guiné-Bissau: Uma análise da presença das mulheres no parlamento (1973–2023). *Revista Sul- Americana de Ciência Política*, 10(2), 2025. 1–24. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v10i2.28062>.

BALDÉ, Fatumata Djarai. **Mulheres Guineenses nos movimentos sociais: caso do movimento Mindjer ika Tambur (MIKAT)**. UNILAB, Redenção-CE, 2023.

BANCO MUNDIAL, BM. **Demografia da Guiné-Bissau**. 2025. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/downloads>. Acesso em 01.12.2025.

CAOMIQUE, Policarpo Gomes. **Estado e poder tradicional na Guiné-Bissau: uma análise da (re)inserção dos líderes tradicionais de Caió no cenário político e administrativo (1991-2020)**. Dissertação de mestrado- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Estudos Afro-Orientais, 2022.

CAOMIQUE, Graciete Gomes. **Movimentos sociais e as políticas de empoderamento feminino na Guiné-Bissau: um estudo de caso do movimento *Mindjer i ka Tambur***. Trabalho de conclusão de Curso (TCC), apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileiro (UNILAB), 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine. **University of Chicago Legal Forum**, v. 1989, n. 1, p. 139-167, 1989.

FEC – Fundação Fé e Cooperação. **Violência, silêncio e resiliência: o que sabemos sobre a situação das mulheres na Guiné-Bissau**. Lisboa: FEC, 2025. Disponível em: <https://www.fecong.org/2026/04/07/situacao-das-mulheres-na-guine-bissau>. Acesso em: 2 jun. 2025.

GOMES, Patrícia Godinho. **O ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: uma abordagem preliminar** Outros Tempos, vol. 12, n.19, 2015 p. 168-189.

GOMES, Patrícia Godinho. **Os (des)caminhos da emancipação: as mulheres em Cabral**. Instituto Pedro Pires, 25 mar. 2024. Disponível em: <http://www.institutopedropires.org/artigos.php?id=164>. Acesso em: 9 maio 2026.

LUGONES, María. Colonialidad y género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

NNAEMEKA, Obioma (Org.). **The Politics of (M)Othering: Womanhood, Identity and Resistance in African Literature.** Londres: Routledge, 2004.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **The Invention of Women: Making an African Sense of Western Gender Discourses.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2004.

SEMEDO, M. O. C. S. **As Mandjuandadi: Cantigas de Mulheres na Guiné-Bissau: da Tradição Oral à Literatura.** 2010. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILÁ, Aua. **Participação política das mulheres na Guiné-Bissau (1956-1973): a perspectiva de Amílcar Lopes Cabral.** UNILAB, São Francisco do Conde-BA, 2023.

TÉ, Ginelsa Nelson Vieira. **Violência doméstica na cidade de Bissau: a luta do movimento de mulheres Mindjer Ika Tambur (2020-2023).** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2025.